

APOSTILA

CURSO PREPARATÓRIO



eutenhofoco.com.br

Prof.^a GYHENIFFER FONTELLA

 profgyhenifferf



DESDE 2011
Transformando sonhos
em realidade!



O PENSAMENTO MEDIEVAL

Dentro do período medieval que compreende do século V ao século XV, sendo o momento de maior amplitude dos fiéis cristãos. A filosofia cristã que é baseada na obra deixada por Jesus Cristo, a Bíblia, embasa o conhecimento que vigorou na época e originando dois expoentes essenciais para a filosofia: Santo Agostinho(354 - 430) e Santo Tomas de Aquino(1224-1274).

SANTO AGOSTINHO

Santo Agostinho (354-430), influenciado por Platão, se debruça sobre a ideia dos dois mundos que o filósofo acreditava e o cristianiza. Responsável pela Patrística, St. Agostinho conduzia seus instrutores a espalhar a palavra de Deus para que pudessem ter a salvação e contribuíssem com a Igreja Católica. Ao distinguir o espaço entre Deus (mundo inteligível) e homem (mundo sensível) o homem deveria se arrepender de seus pecados e conduzir sua vida de acordo com os mandamentos deixados por Ele.

St. Agostinho por ser um homem vivido, acreditava que o Bem é supremo sob todas as coisas e ele vinha de Deus, porém, o mal seria a ausência Dele e assim não faria parte da cristandade.

O período medieval da filosofia foi de estagnação total em relação à produção e divagações. Sob o domínio da Igreja Católica, este período fica submisso a ela, assim a filosofia é utilizada através dos escritos divinos a fim de dominar os povos e manter eles sob as necessidades advindas da Igreja Católica. St. Agostinho atribui ao homem a imperfeição existente na terra, tendo esse a se submeter a vontade Divina para que possa alcançar seu pedacinho do céu.

SANTO TOMAS DE AQUINO

A filosofia Tomista (1225-1274) tem como derivado a Escolástica, sendo o momento de preparação para a ocupação de cargos Públicos, fazendo distinções nas artes a serem ensinadas.

St. Tomas de Aquino, diferente de St. Agostinho é influenciado pela Racionalidade Aristotélica, aplicando ela para explicar o mundo Divino, sendo alcançado através da interiorização. Através das vias da experimentação, Aquino apega-se a elas para explicar os cinco argumentos que explicam Deus.

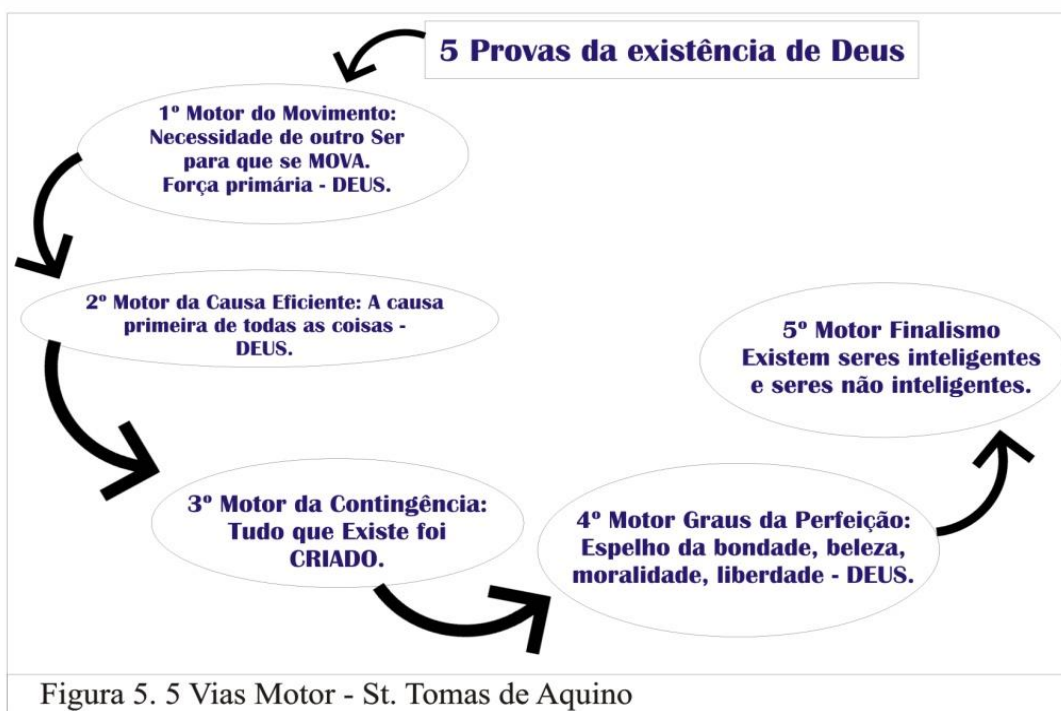


Figura 5. 5 Vias Motor - St. Tomas de Aquino

EXERCÍCIOS DE AULA

01) (ENEM 2019) De fato, não é porque o homem pode usar a vontade livre para pecar que se deve supor que Deus a concedeu para isso. Há, portanto, uma razão pela qual Deus deu ao homem esta característica, pois sem ela não poderia viver e agir corretamente. Pode-se compreender, então, que ela foi concedida ao homem para esse fim, considerando-se que se um homem a usar para pecar, recairão sobre ele as punições divinas. Ora, isso seria injusto se a vontade livre tivesse sido dada ao homem não apenas para agir corretamente, mas também para pecar. Na verdade, por que deveria ser punido aquele que usasse da sua vontade para o fim para o qual ela lhe foi dada?

AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*. In: MARCONDES, D. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Nesse texto, o filósofo cristão Agostinho de Hipona sustenta que a punição divina tem como fundamento o(a)

- desvio da postura celibatária.
- insuficiência da autonomia moral.
- afastamento das ações de desapego.
- distanciamento das práticas de sacrifício.
- violação dos preceitos do Velho Testamento.

02) (ENEM 2019 PPL) Tomás de Aquino, filósofo cristão que viveu no século XIII, afirma: a lei é uma regra ou um preceito relativo às nossas ações. Ora, a norma suprema dos atos humanos é a razão. Desse modo, em última análise, a lei está submetida à razão; é apenas uma formulação das exigências racionais. Porém, é mister que ela emane da comunidade, ou de uma pessoa que legitimamente a representa.

GILSON, E.; BOEHNER, P. *História da filosofia cristã*. Petrópolis: Vozes, 1991 (adaptado).

No contexto do século XIII, a visão política do filósofo mencionado retoma o:

- pensamento idealista de Platão.
- conformismo estoico de Sêneca.
- ensinamento místico de Pitágoras.
- paradigma de vida feliz de Agostinho.
- conceito de bem comum de Aristóteles.

03) (ENEM 2018) Não é verdade que estão ainda cheios de velhice espiritual aqueles que nos dizem: “Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? Se estava ocioso e nada realizava”, dizem eles, “por que não ficou sempre assim no decurso dos séculos, abstendo-se, como antes, de toda ação? Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira eternidade, se n’Ele aparece uma vontade que antes não existia?”

AGOSTINHO. Confissões, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

A questão da eternidade, tal como abordada pelo autor, é um exemplo de reflexão filosófica sobre a(s)

- a) essência da ética cristã.
- b) natureza universal da tradição.
- c) certezas inabaláveis da experiência.
- d) abrangência da compreensão humana.
- e) interpretações da realidade circundante.

04) (ENEM/2018) Ora, desde que tenhamos compreendido o significado da palavra “Deus”, sabemos, de imediato, que Deus existe. Com efeito, esta palavra designa uma coisa de tal ordem que não podemos conceber nada que lhe seja maior. Ora, o que existe na realidade e no pensamento é maior do que o que existe apenas no pensamento. Donde se segue que o objeto designado pela palavra “Deus”, que existe no pensamento, desde que se entenda esta palavra, também existe na realidade. Por conseguinte, a existência de Deus é evidente.

(TOMÁS DE AQUINO. Suma teológica. Rio de Janeiro. Loyola).

O texto apresenta uma elaboração teórica de Tomás de Aquino caracterizada por:

- a) Reiterar a ortodoxia religiosa contra os heréticos.
- b) Sustentar racionalmente doutrina alicerçada na fé.
- c) Explicar as virtudes teológicas pela demonstração.
- d) Flexibilizar a interpretação oficial dos textos sagrados.
- e) Justificar pragmaticamente crença livre de dogmas.

GABARITO:

01 -	02 -	03 -	04 -
------	------	------	------

EXERCÍCIOS DE REVISÃO

01) (ENEM 2015) Se os nossos adversários, que admitem a existência de uma natureza não criada por Deus, o Sumo Bem, quisessem admitir que essas considerações estão certas, deixariam de proferir tantas blasfêmias, como a de atribuir a Deus tanto a autoria dos bens quanto dos males. pois sendo Ele fonte suprema de Bondade, nunca poderia ter criado aquilo que é contrário à sua natureza.

AGOSTINHO. A natureza do Bem. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2005 (adaptado).

Para Agostinho, não se deve atribuir a Deus a origem do mal porque

- a) o surgimento do mal é anterior à existência de Deus.
- b) o mal, enquanto princípio ontológico, independe de Deus.
- c) Deus apenas transforma a matéria, que é, por natureza, má.
- d) por ser bom, Deus não pode criar o que lhe é oposto, o mal.
- e) Deus se limita a administrar a dialética existente entre o bem e o mal.

02) (ENEM 2015) Ora, em todas as coisas ordenadas a algum fim, é preciso haver algum dirigente, pelo qual se atinja diretamente o devido fim. Com efeito, um navio, que se move para diversos lados pelo impulso dos ventos contrários, não chegaria ao fim de destino, se por indústria do piloto não fosse dirigido ao porto; ora, tem o homem um fim, para o qual se ordenam toda a sua vida e ação. Acontece, porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanas comprova. Portanto, precisa o homem de um dirigente para o fim.

AQUINO, T. Do reino ou do governo dos homens: ao rei do Chipre. Escritos políticos de São Tomás de Aquino. Petrópolis: Vozes, 1995 (adaptado).

No trecho citado, Tomás de Aquino justifica a monarquia como o regime de governo capaz de

- a) refrear os movimentos religiosos contestatórios.
- b) promover a atuação da sociedade civil na vida política.
- c) unir a sociedade tendo em vista a realização do bem comum.
- d) reformar a religião por meio do retorno à tradição helenística.
- e) dissociar a relação política entre os poderes temporal e espiritual.

03) (ENEM 2015) A casa de Deus, que acreditam una, está, portanto, dividida em três: uns oram, outros combatem, outros, enfim, trabalham. Essas três partes que coexistem não suportam ser separadas; os serviços prestados por uma são a condição das obras das outras duas; cada uma por sua vez encarrega-se de aliviar o conjunto... Assim a lei pode triunfar e o mundo gozar da paz.

ALDALBERON DE LAON, In: SPINOSA, F. Antologia de textos históricos medievais. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A ideologia apresentada por Aldalberon de Laon foi produzida durante a Idade Média. Um objetivo de tal ideologia e um processo que a ela se opôs estão indicados, respectivamente, em:

- a) Justificar a dominação estamental / revoltas camponestas.
- b) Subverter a hierarquia social / centralização monárquica.
- c) Impedir a igualdade jurídica / revoluções burguesas.
- d) Controlar a exploração econômica / unificação monetária.
- e) Questionar a ordem divina / Reforma Católica.

GABARITO:

1 - D	2 - C	3 - A
-------	-------	-------